

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/vídeo



Vídeo foi produzido com inteligência artificial

## Briga entre poderes trava ainda mais o Congresso

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) adiou mais uma vez a apresentação do seu parecer sobre o segundo projeto de regulamentação da reforma tributária. Agora, segundo ele, o projeto ficará somente para o segundo semestre. Essa possibilidade já havia sido adiantada pelo Correio Político, e era uma preocupação com o deputado Luiz Carlos Hauy (Podemos-PR),

pai da reforma. É um dos reflexos do acirramento da disputa entre o governo e o Congresso. Que pode levar ao travamento da pauta legislativa, como se vê. Um vídeo divulgado na quarta-feira (2) mostra que a briga pode fugir do controle. Semelhante aos feitos pelo PT, esse mostra o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), como “Hugo nem se importa”.

## Sátira

O vídeo foi produzido pelo perfil Brasil – Sátira do Poder, mas segue estilo semelhante ao dos vídeos produzidos pelo PT, o que gera confusão. Ele mostra Hugo Motta participando de um jantar com empresários, no qual diz que seu plano é defender os mais ricos e “sangrar” Lula.

## Vídeo

Motta, então, fez ele mesmo um vídeo. Num quadro no seu perfil chamado “Dá um Hoogle”, ele diz que “é mentira” que o Congresso não olhe para o povo e que o governo tenha sido traído na aprovação da derrubada do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Divulgação/SSP-DF



Sandro Avelar é o presidente do Consesp

## Trava pode gerar mais problemas, como segurança

Pesquisa do Instituto Quaest com deputados mostrou claramente o risco. Na avaliação de 57% dos parlamentares, as pautas de interesse do governo não vão avançar. Entre elas, está a proposta do Ministério da Justiça de criação de um Sistema Único de Segurança, a PEC da Segurança. Começou no dia 1º de julho um

grande encontro do setor em Brasília. Além da PEC, os secretários estaduais de segurança estão encaminhando nove anteprojeto de lei para discutir a questão que, segundo o mesmo Quaest, é o maior problema nacional, de acordo com 70%. O mesmo clima que trava a reforma tributária pode travar essa discussão.

## Propostas

O Conselho Nacional de Secretários de Segurança (Consesp) apresentou primeiro 20 propostas que, submetidas aos secretários, foram reduzidas, então, a nove anteprojeto, que serão agora encaminhados ao Congresso Nacional na esteira da PEC para discussão.

## Conselho

A primeira delas altera a formação do Conselho Nacional de Segurança Pública, que administraria o sistema único. Os secretários reclamam que o conselho hoje é muito amplo, com 50 membros, e pouca participação de fato de especialistas no setor.

## Compensações

Pede, ainda, compensações pela atuação dos estados em crimes federais. Caso da repressão ao tráfico de entorpecentes. Os secretários estaduais querem que um fundo compense as ações que as polícias militares e civis dos estados fazem nesse combate às drogas.

## Bets

Na mesma linha do financiamento, pedem que dinheiro das apostas esportivas – as bets – financie a segurança pública. Há outras propostas. Mas o problema agora passa a ser o mesmo. Qual será o ambiente no Congresso para discutir esses e outros assuntos?

## Pesquisa reforça relação ruim de Lula e Congresso

Quaest: 46% dos deputados avaliam governo negativamente

Lula Marques/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

Enquanto o governo federal contesta a legalidade do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que revogou o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), uma nova pesquisa da Genial/Quaest, divulgada nesta quarta-feira (2), mostra um cenário de crescente desgaste político para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Câmara dos Deputados. De acordo com o levantamento, 46% dos deputados federais avaliam negativamente a gestão do presidente. Apenas 27% consideram o governo de forma positiva, enquanto 24% classificam a administração como “regular”. Outros 3% não souberam ou preferiram não responder.

Este é o pior índice de avaliação do terceiro mandato de Lula entre os deputados desde o início da série histórica da pesquisa, em agosto de 2023. O levantamento também revelou a divisão ideológica dos parlamentares: 32% se dizem apoiadores do governo, 32% se declaram oposição e 27% se consideram independentes. Quanto ao posicionamento político, 45% se classificam como de direita, 24% como de centro e 21% como de esquerda. Nem mesmo entre os deputados de esquerda o petista atinge unanimidade: 84% desse grupo avaliam sua gestão positivamente, enquanto na direita 86% têm uma percepção negativa.

A percepção sobre a relação entre o Executivo e o Congresso também é majoritariamente negativa. Para 51% dos deputados, essa relação é ruim; 30% a classificam como regular, e apenas 18% a consideram positiva. Entre os parlamentares de direita, apenas 6% avaliam essa interlocução como positiva — o índice sobe para 53% entre governistas e cai para 12% entre os centristas.

## Articulação

A maioria dos parlamentares está cética quanto à capacidade do governo de aprovar sua agen-



Oposição comemora derrota do governo. Pesquisa reflete momento

da no Congresso: 57% acreditam que as chances são baixas (um aumento em relação aos 47% registrados em maio). Apenas 36% consideram as chances altas, número que representava 47% na pesquisa anterior. Entre os motivos apontados para a baixa produtividade legislativa, destacam-se a desarticulação política do governo (45%), o impasse sobre a anistia (33%), a não liberação de emendas parlamentares (15%) e a inoperância das comissões internas (6%). Apenas 1% dos entrevistados não souberam ou preferiram não responder.

De forma espontânea, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, foi citada por 12% dos deputados como a interlocutora mais efetiva do governo, seguida pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha (9%) — que ocupava o comando da SRI anteriormente —, o ministro do Turismo, Celso Sabino (6%), e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), com 5%. Apesar disso, 77% dos parlamentares acreditam que o governo ainda não realizou uma reforma ministerial efetiva. Apenas 14% consideram que sim.

A percepção de que o país

está indo na direção errada cresceu de 55% para 64%, enquanto a avaliação de que o Brasil segue no rumo certo caiu de 40% para 28%. A economia permanece como o principal problema do país, segundo 31% dos entrevistados.

## Eleições 2026

Em relação às eleições presidenciais de 2026, 50% dos deputados acreditam que o favorito será um candidato da oposição — aumento em relação aos 46% da última pesquisa. Por outro lado, caiu de 43% para 35% a expectativa de vitória de Lula ou de um indicado seu.

Mesmo inelegível até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por suposta tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) segue no radar político. Na avaliação de 51% dos deputados, ele deveria desistir da candidatura, contra 23% que defendem sua permanência como postulante. Entre os nomes da oposição, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), lidera como principal aposta para a disputa

presidencial, com 49% das menções, incluindo parlamentares governistas, independentes e opositoristas.

## Outros poderes

A atuação do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), recebeu avaliação positiva de 68% dos deputados. Outros 25% a consideram regular e apenas 6%, negativa. Já o Supremo Tribunal Federal (STF) enfrenta maior resistência: 48% dos deputados avaliam sua atuação de forma negativa, 27% de forma positiva e 18% como regular. Sobre a frequência com que a Corte extrapola suas competências em relação ao Congresso, 49% afirmam que isso ocorre “sempre”, 28% “às vezes”, 12% “raramente” e 5% “nunca”.

A pesquisa Genial/Quaest ouviu 203 deputados federais, o equivalente a cerca de 40% do total da Casa Baixa. A amostra foi definida com base na distribuição regional e ideológica dos parlamentares, conforme o projeto Brazilian Legislative Surveys. A margem de erro é de 4,5 pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

## Lula defende taxaço dos super ricos e sobe mais o tom

Ricardo Stuckert / RP



Lula puxa a crítica ao Congresso levantando cartaz

Por Karoline Cavalcante

Colocando em prática sua nova estratégia de comunicação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) levantou nesta quarta-feira (2) um cartaz em defesa da taxaço dos super ricos. O gesto ocorreu durante a tradicional Caminhada do Dois de Julho, em Salvador (BA), no Largo da Soledade — evento que celebra a consolidação da independência do Brasil. Lula estava acompanhado do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), e da primeira-dama, Janja da Silva.

Nas redes sociais, ao publicar o registro do ato, o presidente escreveu: “Mais justiça tributária e menos desigualdade. É sobre isso.” A mensagem integra a campanha apelidada de “taxaço dos BBBs” — bilionários, bancos e bets — promovida pelo Partido dos Trabalhadores como resposta à queda de popularidade e à resistência do Congresso em aprovar medidas fiscais.

A movimentação ocorre após a recente derrota política no Congresso Nacional, que, em 25 de junho, aprovou um

Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que anulou o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) proposto pela equipe econômica. Lula subiu o tom contra o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), acusando-o de quebrar um acordo formado

“O erro, na minha opinião, foi o descumprimento de um acordo que tinha sido feito no domingo à meia-noite, na casa do presidente Hugo Motta. Eu liguei pra Gleisi Hoffmann e perguntei como foi a reunião. Ela tava maravilhada com a re-

união. Quando chega na terça-feira, o presidente da Câmara tomou uma decisão que eu considere absurda”, disse, referindo-se à ministra de Relações Institucionais, que foi uma das participantes desse encontro. Apesar das críticas, o petista negou qualquer rompimento institucional. “O presidente da República reconhece o papel do Congresso. Ele tem seus direitos, e eu tenho os meus. Nem eu me meto nos deles, nem eles nos meus”.

## Judicialização

Na tentativa de reverter a

decisão, o governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). A Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou na segunda-feira (1º) uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) para restabelecer os efeitos do decreto que aumentava o IOF. O relator do caso será o ministro Alexandre de Moraes.

Em entrevista à TV Bahia, Lula justificou a medida. “Se eu não entro com recurso no Judiciário, se não vou à Suprema Corte, eu não governo mais o país. Cada macaco no seu galho: o Congresso legisla e eu governo”.

Segundo o presidente, o objetivo do decreto não era criar novos impostos, mas redistribuir a carga tributária.

“Não estamos propondo aumento de impostos. Estamos fazendo um ajuste para que os mais ricos paguem um pouco mais e não seja necessário cortar verbas da educação e da saúde”, afirmou.

O chefe do Planalto ainda sugeriu que pressões de setores como as bets, fintechs e o sistema financeiro influenciaram a decisão do Legislativo.